



# A AÇÃO EVANGELIZADORA DOS JESUÍTAS, O COLONIZADOR PORTUGUÊS E A CULTURA E CIVILIZAÇÃO INDÍGENA NO BRASIL COLÔNIA

## ARTIGO ORIGINAL

PEREIRA, Túlio Augusto de Paiva <sup>1</sup>

BAZON, Sebastião Donizeti <sup>2</sup>

PEREIRA, Túlio Augusto de Paiva. BAZON, Sebastião Donizeti. **A ação evangelizadora dos Jesuítas, o Colonizador Português e a Cultura e Civilização Indígena No Brasil Colônia.** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 04, Ed. 07, Vol. 12, pp. 82-118. Julho de 2019. ISSN: 2448-0959

## RESUMO

A Companhia de Jesus, através dos jesuítas, chegou ao Brasil em 1549 juntamente com os primeiros colonizadores portugueses. Participou de forma ativa do processo de colonização do país, deixando sua marca na história e influenciando sobremaneira a formação cultural brasileira. Tal participação, segundo os historiadores é bastante

---

<sup>1</sup> Especialização em Ensino de História e Geografia pelo Centro Universitário Claretiano de Batatais SP – 2015; Especialização em Administração Pública pela Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administração de Varginha MG - 2002; Graduado em História pelo Centro Universitário Dr. Edmundo Ulson de Araras SP - 2014; Graduado em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administração de Varginha MG – 1993; Graduado em Administração pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – 1990.

<sup>2</sup> Mestrado em Filosofia; Especialização em Planejamento, Implementação e Gestão da Educação a Distância; Especialização em MBA Gestão Estratégica de Negócios; Especialização em Metodologia do Ensino Superior; Aperfeiçoamento em Filosofia e Vida; Graduação em Pedagogia; Graduação em Teologia; Graduação em Filosofia.



controversa, pois, alguns autores exaltam seu trabalho, colocando os religiosos como verdadeiros santos, protagonistas de milagres, protetores dos índios e de sua cultura, exímios educadores e escritores, dentre tantos elogios; outros autores os acusam de serem responsáveis pela imposição da cultura europeia aos nativos brasileiros contribuindo ativamente para a destruição de sua identidade cultural e, consequentemente, para a quase extinção dos índios como povo em nosso país. Este trabalho tem o objetivo de rever, analisar e avaliar parte da bibliografia disponível sobre o assunto, discutindo essa questão, ou seja, até que ponto os jesuítas em sua ação evangelizadora em terras brasileiras foram responsáveis pela “destruição” do índio e de sua cultura. Porém, em relação a este problema, não pode ser deixado de lado a análise da figura e da ação do colonizador português, que, na sua grande maioria, veio ao Brasil com o objetivo único de enriquecer, agindo, muitas vezes, de forma inescrupulosa nesse sentido, vendo o índio apenas como meio (mão-de-obra escrava) para atingir seu intento ou, outras vezes, como estorvo em suas conquistas, devendo, portanto, ser expulso da área ou, simplesmente, eliminado. Assim, fica claro, através do desenvolvimento deste trabalho, que se não fosse a ação dos jesuítas, mesmo com todos os seus “pecados e erros”, o índio teria sido explorado e, talvez, extermínado de uma forma muito mais rápida e violenta.

Palavras-chaves: Jesuíta, índio, colonizador, guerra, destruição.

## INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é discutir a ação evangelizadora desenvolvida pelos religiosos jesuítas junto aos índios no Brasil na época da colônia, juntamente com o projeto de colonização implantado por Portugal e, consequentemente, a partir dessa análise, avaliar até que ponto estas ações foram determinantes na praticamente destruição do índio e de sua cultura em terras brasileiras como, muitas vezes, foi e ainda continua sendo colocado por diversos historiadores e autores.

Até que ponto a ação dos jesuítas realmente contribuiu para esse genocídio? Segundo Assunção (2003, p.11) “o principal objetivo da Companhia de Jesus era converter os indígenas à fé católica”; ainda segundo Assunção (2003, p.23) este objetivo consistia



em “trazer as ovelhas perdidas (os índios) para o rebanho da cristandade”; mas como se deu esta interação – jesuítas/indígenas - na prática?

E o projeto de colonização implantado? Segundo Koshiba (1994, p.40), os portugueses “chegaram, apropriaram-se das terras indígenas, tomaram suas mulheres, exigiram trabalho e se consideravam seus senhores naturais”; os portugueses se julgavam seres superiores e proprietários naturais das novas terras por direito.

Assim, a partir da colocação destas questões, foi desenvolvido este trabalho de cunho eminentemente teórico, baseado na pesquisa bibliográfica existente sobre o tema.

O trabalho se divide em quatro partes: a primeira parte tem o objetivo de estudar os jesuítas e a instituição ao qual estavam vinculados, a Companhia de Jesus; analisando sua atuação e sua história desde a fundação até os dias atuais; a segunda parte aborda o índio brasileiro com seu modo de vida, seus costumes e sua cultura; a terceira parte trata do colonizador português, mostrando uma parte de sua história e analisando os motivos que o levaram a vir para o Brasil e explorar o novo mundo; por fim, a quarta e última parte do trabalho, estuda e analisa as várias faces do contato entre esses três elementos - o jesuíta, o colonizador português e o índio – e suas consequências, principalmente para o índio.

A proposta é estudar e conhecer esses três elementos individualmente para, depois, analisar a participação deles no processo de colonização, verificando como atuaram diante da questão da violência contra as tribos indígenas e sua cultura.

## 1. OS JESUÍTAS

Para se entender a relação dos jesuítas com a questão indígena no período do Brasil colonial, torna-se necessário conhecer o que foi a Companhia de Jesus ao longo de sua história em todo o mundo, conhecer suas áreas de influências nos vários setores da vida humana, conhecer suas principais personalidades e suas proezas, além de seus desvios e suas mazelas.



Wright (2004, p.12) em seu livro “Os Jesuítas”, sintetiza muito bem o papel da Companhia de Jesus na história da humanidade, afirmando que essa instituição se transformou a partir de sua fundação, desde o início, na “mais vibrante e desafiadora ordem religiosa que a Igreja Católica havia produzido”, se revelando “uma força poderosa na sala de aula, no púlpito, no confessionário, no laboratório, no observatório, nos salões, na academia e nos mais elevados bastiões do poder público”. Ainda, segundo Wright (2004, p.16), há quinhentos anos eles participam de modo turbulento e influente da história da humanidade, tendo cumprido, ao longo do tempo além das funções de evangelizadores e teólogos, outras atividades tais como: as de cortesãos urbanos tanto em Paris, quanto em Pequim e Praga, dizendo, em diversos momentos, a reis quando e com quem se casar ou quando e como ir para a guerra; servindo de astrônomos para imperadores chineses ou para capelães do exército japonês; instruindo grandes homens das mais variadas áreas como “Voltaire, Castro, Hitchcock e Joyce”; além disso, “criaram carneiros em Quito, foram também donos de *haciendas* no México, produtores de vinho na Austrália e agricultores nos Estados Unidos”; produziram obras nos campos das letras, das artes, da música, da ciência, da dança, além de teorias em relação a doenças, leis da eletricidade, da ótica; confrontaram os “desafios de Copérnico, Descartes e Newton”; por fim, para não estender mais a variedade de suas atividades, foram reconhecidos por suas contribuições no campo do conhecimento, com nada menos que trinta e cinco crateras na superfície da lua recebendo o nome de cientistas jesuítas.

Complementando as informações acerca das atividades e da importância da Companhia para a humanidade, Strieder (2009, diz que os jesuítas espalhados pelo mundo eram obrigados a enviar relatórios detalhados de suas atividades, indicando os problemas enfrentados e os sucessos obtidos, ao Superior Geral da Ordem em Roma, e, esses relatórios escritos muitas vezes sob a forma de livros e crônicas se tornaram e são até nossos dias, fonte de pesquisa para etnólogos e historiadores sobre os acontecimentos relativos ao período colonial que vai do século XVI ao XVIII. De acordo com Wright (2004), foi através dos jesuítas que a Europa conheceu relatos de novas culturas, rios, estrelas, animais, plantas e drogas – desde “camélias ao ginseng e ao quinino”. Foram eles que localizaram a nascente do Nilo Azul,



encontraram rotas terrestres ligando a Moscóvia à China e fizeram a cartografia das extensões dos rios Orinoco, Amazonas e Mississipi. Também, levaram “o rapé e os trabalhos de Esopo e Galileu para Pequim, o café para a Venezuela e as leis de Kepler de movimentação planetária para a astronomia india”.

Continuando, Wright (2004, p.17) afirma que, apesar de toda essa presença e influência nos mais diversos setores da vida humana, os jesuítas fizeram muitos inimigos que os apontaram “como assassinos de reis, envenenadores ou praticantes de magia negra”, além de “provedores de conselhos morais de uma permissividade absurda, depravados, salafrários avarentos que exploravam minas de ouro secretas e despojavam viúvas ricas e ingênuas de suas heranças”. Se autoproclamavam defensores da liberdade intelectual, porém, muitas vezes caracterizavam-se como verdadeiros “autômatos inconscientes, que eram leais aos seus superiores sem questionamentos”. Tinham uma habilidade única “de se autopromover, gerar teologias e espiritualidades”, além de “treinar, organizar e motivar sua vasta e versátil força de trabalho”, além da força de trabalho de fiéis e de índios em benefício próprio, ficando sempre a dúvida, segundo o autor, de que todo esse “virtuosismo teria sido uma bênção ou uma praga”.

Dentre os inimigos declarados dos jesuítas, de acordo com Wright (2004, p.18-20), estariam os “protestantes da Reforma, filósofos do século XVIII e liberais do século XIX”, além do que nada menos que Napoleão Bonaparte e Thomas Jefferson, dentre outros. A Companhia de Jesus não foi criada como uma reação católica à Reforma, mas logo se tornaria seu braço direito na luta da Contra-reforma nas “Américas (do Canadá ao Brasil), na África e na Ásia (do Congo às Filipinas)”. A partir do século XVIII num confronto com as teorias do Iluminismo, iria culminar com banimentos nacionais em muitos países e repressões generalizadas por todo mundo. Por fim, na era contemporânea, “a Companhia confrontaria os feitos e legados de Marx, Darwin, Freud e Hitler e buscaria redefinir a Igreja Católica”.

Wright (2004) conclui, afirmando que tanto a hagiografia – que cataloga a vida de mártires considerados santos – quanto as lendas negras a respeito dos jesuítas são, de certa forma, exageradas, pois, existiam bons e maus religiosos, sendo que uns



entraram para a ordem para realmente servirem a Cristo, outros para servirem a si próprios e avançarem em suas carreiras. A história dos jesuítas não é unânime nem única, porém, criou-se o mito e o contramito a respeito dos mesmos, caricaturas dúbias, colocando-os ora como padres criminosos, ora como heróis santificados; elogios e condenações das mais diversas são constantes, porém, o modo como os jesuítas entraram e saíram de moda, marca a essência da Companhia.

Levantadas essas observações, tão bem elaboradas por Wright em sua obra “Os Jesuítas – missões, mitos e histórias” e que definem de forma clara as várias faces do trabalho da ordem jesuítica em todo mundo, podemos conhecer melhor a história da Companhia a partir de seu surgimento, sua supressão e seu renascimento, e, assim, conhecer sua relação com a história dos índios no Brasil.

De acordo com Assunção (2003) em sua obra “Os Jesuítas no Brasil Colonial”, o primeiro passo informal para a formação da Companhia de Jesus foi dado por Inácio de Loyola em 5 de agosto de 1534, quando fez em Montmartre, os votos de pobreza, de castidade e de obediência ao Papa. Loyola foi o fundador e o primeiro Superior Geral da Ordem – cargo máximo dentro da instituição – dirigindo-a até sua morte em julho de 1556. Mas, segundo Wright (2004), o reconhecimento oficial da Companhia somente ocorreria em setembro de 1540 com a bula do Papa Paulo III – *Regimini militantes ecclesiae*. Por sua obra, Inácio de Loyola foi beatificado pelo Papa Paulo V em 1609 e canonizado pelo Papa Gregório XV em 1622. (ASSUNÇÃO, 2003).

Assunção (2003) afirma, ainda, que a Companhia de Jesus se organizava seguindo uma hierarquia centralizadora, conforme um modelo de estrutura militar, onde os noviços se reportavam aos irmãos que obedeciam aos padres e estes seguiam as ordens dos padres superiores. O cargo máximo dentro da instituição era o padre geral, eleito pela Congregação Geral, única autoridade legislativa existente.

Conforme Assunção (2003), a formação de um jesuíta se iniciava com o noviciado por um período de dois anos, essa fase terminava com a confirmação de sua vocação e os votos de perpétua pobreza, castidade e obediência. Uma segunda fase da formação jesuítica era a dos coadjutores, que podiam ser de dois tipos: temporais que



auxiliavam nas atividades externas, e espirituais, que eram os sacerdotes. Os coadjutores espirituais aprofundavam seus estudos teológicos visando sua ordenação como sacerdotes, quando, então, faziam seus votos solenes de viver e morrer na Companhia, servindo a Deus e ajudando o próximo, podendo, a partir daí, serem enviados para trabalhar em qualquer lugar do mundo por interesse da Instituição.

Assunção (2003) diz ainda que outro grande nome da Companhia de Jesus foi Francisco Xavier, enviado por D. João III, rei de Portugal, para terras portuguesas no Oriente em 1541, tendo se transformado em um dos primeiros mártires da Companhia, pregando na Índia, nas Molucas e no Japão, morreu em 1552 e, após ser declarado santo pelo papa Gregório XV em 1622, teve seu culto difundido dentro da própria Companhia, com sua imagem, juntamente com a de Santo Inácio de Loyola, sido venerada em todos os colégios e igrejas da instituição. Segundo Strieder (2009), um dos maiores ensinamentos de Inácio de Loyola para seus comandados, que servia de lema e advertência para a ordem, estando sempre em evidência em suas dependências, era sempre avaliar as pessoas pelo que elas fazem e não pelo que elas dizem.

Vale destacar também, o trabalho de dois jesuítas que trabalharam no Brasil, foram eles o padre Manoel da Nóbrega – líder dos jesuítas na colônia – e José de Anchieta. Os dois são responsáveis, dentre outros feitos, pela fundação do povoado de São Paulo no planalto do Piratininga em 1554, ali instalando o Colégio Jesuítico; além do trabalho desenvolvido na proteção e catequização dos indígenas. (FAUSTO, 2009). No campo literário, Anchieta foi responsável pela elaboração da primeira gramática tupi-guarani, já Manoel da Nóbrega escreveu diversas cartas aos seus superiores na Europa em que narrava a rotina da colônia e dos índios; essas cartas se tornariam documentos históricos, como já citado acima. Ainda no campo literário, segundo Assunção (2003) merece destaque a obra do padre Antônio Vieira, elogiado por Fernando Pessoa que o chamou de “imperador da língua portuguesa” por ter sido grande orador e pregador de vários sermões sobre questões públicas e de aconselhamentos pessoais.



Mas, voltando aos tempos de reforma protestante, época de grandes questionamentos em relação aos dogmas e às práticas da Igreja Católica, conforme Assunção (2003, p.6), “a Companhia de Jesus surgiu, assim, com o objetivo de defender e propagar a fé católica pelo mundo”, reformando e renovando o catolicismo tradicional, lutando contra o protestantismo e confirmando a autoridade doutrinária e espiritual do clero. De acordo com Wright, (2004), o protestantismo era considerado dentro da Igreja como uma “fossa repugnante” de onde tinham surgido todas as mazelas dentro da cristandade, as chamadas heresias que, “como uma febre, tinha que baixar”; “como um excremento, tinha que ser evacuado”; ou “como um desequilíbrio hormonal, tinha que ser ajustado”. Os jesuítas como os “médicos espirituais” tinham que “administrar o antídoto ou o purgativo” recorrendo a toda gama de remédios e procedimentos, alguns amargos e violentos, “visando a cauterização e a cura”. Assim, segundo Assunção (2003), os jesuítas também desempenharam importantes papéis nos Tribunais da Inquisição, pois, dentre suas funções, tinham que atuar na renovação da Igreja e na luta contra os hereges.

Strieder (2009) afirma que o jesuíta deveria ser uma pessoa confiável, não necessitando de controle no desenvolvimento de suas atividades; deveria ter sabedoria para discernir e escolher, de acordo com o lugar e o tempo em que estava, a melhor atitude a ser tomada visando atingir sempre a “maior glória de Deus”; deveria, assim, ser capaz de tomar decisões, porém, periodicamente, prestar contas de suas atitudes aos seus superiores; deveria andar sempre unido aos seus companheiros, evitando sempre a indisciplina e as desavenças internas; o cristianismo e a Igreja para os jesuítas deveriam ser transnacional e transcultural. Ainda segundo Strieder (2009), baseado nas palavras de Jesus Cristo – “ide a todos os povos, tornando-os meus discípulos e batizando-os” – os jesuítas deveriam “cristianizar o mundo”; essa orientação condicionou toda a ação jesuítica. Algumas atitudes, ainda segundo o autor, a ordem universalizou, tais como: formação humanística e literária, conhecimento das línguas e dos costumes dos povos com quem convivia, aculturação a esses costumes quando não contradiziam seus princípios cristãos e, tentativa de mudança dos costumes quando considerados corruptos e perversos.



Strieder (2009), diz ainda que os jesuítas se aproximaram muito de reis e príncipes e estes os provinham com os importantes recursos necessários às suas atividades: financiando suas escolas, levando-os em suas viagens para as missões, concedendo terras para suas fazendas e aldeamentos de índios e protegendo-os das ameaças dos colonos e dos índios hostis. Os jesuítas estavam sempre junto a governadores na fundação de novas cidades, no combate a invasores, no apaziguamento e na proteção do indígena cristianizado. Porém, contra o indígena antropófago, polígamo e hostil, defenderam a “guerra justa” com sua escravização e morte.

Já Assunção (2003) fala que a Companhia de Jesus se diferenciava das outras ordens na época, por recusar-se a ficar isolada da sociedade, além de seus membros criticarem a corrupção reinante dentro da Igreja com a venda de indulgências e o desrespeito ao voto de castidade. Nesse sentido, Wright (2004) afirma que nos primeiros cem anos de sua história, o sucesso da Companhia foi muito além de sua aclamada habilidade de se opor à Reforma. Dentro das esferas educacionais, científicas, políticas e evangelizadoras, uma inovadora e ambiciosa organização multinacional fez feitos espetaculares e, este vigor e versatilidade agradaram e perturaram o catolicismo mais ou menos em igual medida. Por esse motivo, conforme Wright (2004), os jesuítas encontraram grandes inimigos dentro da própria Igreja Católica, inclusive, com rivalidades nacionais dentro da própria ordem, onde jesuítas portugueses se colocavam contra jesuítas espanhóis, franceses ou italianos e vice-versa, ou ainda jesuítas nascidos nas colônias se colocavam contra jesuítas nascidos na Europa. Wright (2004) afirma que essas rivalidades acabaram por minar tanto a política interna da ordem quanto seu esforço missionário ao longo do tempo.

Durante todo o século XVII, a questão mais significativa enfrentada pela Igreja Católica e pela Companhia de Jesus, de acordo com Wright (2004), foi o Jansenismo francês, com o mito antijesuíta se acirrando por conta de uma propaganda ordinária e uma teologia séria e inteligente se encontrando, mas era um conflito que sempre descambava para o exagero de forma grosseira e para manobras políticas. A produção mais significativa, porém, um tanto quanto pitoresca, dessa corrente foi “Cartas Provinciais” de Blaise Pascal, que satirizava de forma tendenciosa e



sutilmente perversa a ideia da casuística jesuítica corrupta e corruptora, noção esta que penetrou a imaginação popular a partir de então e nunca mais mudou.

Já no século XVIII, o Iluminismo, com sua visão que privilegiava a razão em detrimento à superstição, às credades e aos dogmas, atacava Roma e consequentemente tudo que estava ligado à religiosidade, inclusive os jesuítas. Porém, não existiu, segundo Wright (2004), um iluminismo unificado de ódio aos padres, mas sim, vários “iluminismos nacionais”, muitos dos quais não podiam ser vistos como anticlericais, pois partilhavam um método intelectual muito influenciado por um passado cristão; a maior crítica vinha dos salões nobres de Paris e Viena, mas não era compartilhada com tanto vigor por todo o movimento. Sem contar que muitos jesuítas valorizavam o papel da razão na vida espiritual, encarando-a como uma ferramenta com a qual a crença poderia ser expandida através da valorização de um iluminismo da fé; muitos clérigos, inclusive jesuítas, utilizaram as tão afamadas teorias de Newton, Wolff e Leibniz e estavam felizes por empregar as obsessões filosóficas e científicas de sua época para defender e revitalizar a cristandade. Assim, a ironia prevalece, pois “com todas as diferenças entre a perspectiva da Companhia e a inclinação anticlerical de algumas figuras do Iluminismo, suas visões de mundo podiam ser incrivelmente similares”: “uma visão otimista das capacidades da humanidade, uma ênfase vigorosa no livre-arbítrio dos homens, uma fé inabalável no poder transformador da educação”; “tais características são frequentemente apresentadas como um resumo do projeto do Iluminismo, mas também lembram muito o dos jesuítas”.

Já Strieder (2009) lembra que, o trabalho jesuítico nas reduções paraguaias, que recebeu diversas denominações (“República dos Índios”, “Sacro Experimento”, “República Cristã Exemplar”, e “Comunismo do Cristianismo Primitivo”, dentre outras) fascinou iluministas, socialistas, poetas, historiadores, fiéis e infiéis, inspirando uma vasta e rica literatura com diversos comentários e análises. Voltaire, por exemplo, admirou esse trabalho jesuítico, que segundo ele, teve o mérito de submeter os indígenas pela instrução e persuasão e não pela残酷 and violence das armas. Montesquieu, Diderot e o Abade Reynal também falam positivamente do experimento jesuítico. Em relação à história e às ideias do socialismo europeu, o experimento das



Missões também exerceu forte influência, pois, no século XIX e XX, muitos reformadores do sistema agrário defenderam o sistema de distribuição e uso coletivo das terras, além dos meios de produção praticados nas Reduções.

Mas, no século XVIII, de acordo com Wright (2004), as missões já estavam enfraquecidas na China, no Canadá e na Índia; a máquina antijesuítica de propaganda também estava cada vez mais forte, culminando em agosto de 1773 com a extinção de toda a Companhia através do breve papal de supressão de Clemente XIV. O problema se iniciou em Portugal já em 1755 quando do terremoto em Lisboa, com alguns jesuítas desastrados o bastante para descrever a tragédia como um castigo divino pelos pecados portugueses, causando um tremendo mal-estar em todas as esferas da sociedade lusitana diante de tamanho escárnio. Segundo Assunção (2003), depois ocorreram as Guerras Guaraníticas de 1754 a 1756, com os jesuítas acusados de incitarem os índios aldeados à guerra contra forças metropolitanas em oposição às resoluções do Tratado de Madri assinado entre Portugal e Espanha para definir questões de fronteira nas colônias sul-americanas. Outras questões de insubordinação dos jesuítas tanto às leis portuguesas quanto as determinações do papa também desgastaram as relações com a coroa portuguesa. Por fim, em 1758 a situação piorou com a suspeita de participação de jesuítas numa tentativa de assassinato do rei José de Portugal. Wright (2004) fala que havia, ainda, a questão da suposta riqueza jesuítica escondida e a rivalidade entre os empreendimentos econômicos dos jesuítas com a empresa comercial portuguesa do Marquês de Pombal. Assim, de acordo com Assunção (2003), em 1759, D. José I, rei de Portugal determinou que os religiosos fossem expulsos de Portugal, do Brasil e das demais terras portuguesas rompendo com uma união de mais de duzentos anos entre a Companhia e a Coroa Portuguesa. Esta resolução tinha o objetivo de preservar a autoridade real e a soberania do Estado lusitano, mantendo a harmonia da sociedade ameaçada pelo poder e pela interferência dos religiosos em assuntos do Estado.

Strieder (2009) diz que naquela época foi criada e patrocinada pelo Marquês de Pombal uma propaganda antijesuítica tão ferrenha, que algumas de suas proposições repercutem até hoje na mentalidade de muitos acadêmicos e historiadores brasileiros.



Essas ideias, muitas vezes, infundadas, visando atender somente interesses políticos, são propagadas nas escolas e em trabalhos científicos, acabando por influenciar negativamente o julgamento que se faz das atividades da Companhia de Jesus.

Posteriormente aos acontecimentos em Portugal, na França, onde já existia uma resistência muito grande aos jesuítas, os mesmos foram acusados de assassinos, feiticeiros e conselheiros morais vergonhosos. Segundo Wright (2004) ninguém saberia definir qual crime a Companhia havia cometido, mas mesmo assim a ordem foi condenada, sendo dissolvida em novembro de 1764 em todo o reino, através de um édito relutante do rei Luís XV. Na sequência, na Espanha ocorreria o mesmo; depois em Nápoles, Parma e Sicília, idem. Roma estava sob pressão e com a morte do papa Clemente XIII, o conclave estabelecido para eleger seu sucessor foi dominado pela questão da supressão adiando em seis meses a eleição de Bento XIV.

De acordo com Wright (2004, p.209-210), “para monarcas era fácil acreditar que a Igreja romana representava um centro rival de poder e influência em seus domínios”, afinal “estavam educando populações, dirigindo suas consciências, impondo regras sociais e morais, enquanto ao mesmo tempo desfrutavam de privilégios legais e econômicos substanciais”. Em todos os países em que atuava, a Igreja conseguia juntar uma grande porção da riqueza nacional. Ainda conforme Wright (2004) a Companhia não era uma ordem mendicante e procurou financiar seu evangelismo através de uma cadeia muito dinâmica de atividades comerciais, tais como: instituições bancárias, mineração, negócios imobiliários e envolvimento no comércio de especiarias e seda, dentre outros. Seus lucros comerciais, mesmo quando originários em atividades moralmente discutíveis como a produção de bebida alcoólica ou com a exploração de mão-de-obra escrava eram sempre reinvestidos no sacerdócio da Companhia.

Wright (2004) diz que “o estranho a respeito do desaparecimento da Companhia de Jesus foi que a ordem nunca desapareceu inteiramente”. Em 1814, os jesuítas ressurgiram completamente, a bula papal do restabelecimento da Companhia afirmava que o mundo católico o exigia com unanimidade. Mas isso não era bem a verdade, pois naquele tempo ainda não faltavam católicos antijesuítas. Sobre essa



questão da não supressão total da Companhia de Jesus, Strieder (2009) cita que na Rússia da Igreja Ortodoxa, Catarina II não permitiu que o decreto papal de supressão da Ordem fosse divulgado, portanto, ali continuaram trabalhando cerca de 200 jesuítas.

Já os pensadores do século XIX, Marx, Feuerbach e Nietzsche denunciavam a religião e o catolicismo “como uma praga, uma ilusão criada pelo homem, sem dúvida como um mal”. (WRIGHT, 2004). Os católicos realmente tiveram de formular grandes respostas aos desafios desse século suportando insultos, dispersão e violência além do terror revolucionário. (WRIGHT, 2004). “A história dos jesuítas na Europa do século XIX” foi “um esforço para resgatar a influência de uma era anterior e ao mesmo tempo enfrentar um fluxo interminável de contratemplos”. (WRIGHT, 2004, p.228). “Acontecimentos tão amplamente díspares como a reunião da Primeira Internacional Socialista em 1864, o conflito franco-prussiano de 1870-71 e a Guerra dos Bôeres seriam todos associados à Companhia”. (WRIGHT, 2004, p.239).

No século XX, chama a atenção, a omissão de um grande número de católicos, dentre eles jesuítas, perante as atrocidades do nazismo. (WRIGHT, 2004). Mas o que marca esse século para a Companhia é a definição da justiça como um novo grito para o reagrupamento jesuítico através da “Teologia da Libertação” que prega não somente a libertação do pecado, mas também da pobreza e da injustiça social. Nova ironia do destino quando os jesuítas, um século mais tarde, usam “Marx para entender e denunciar a iniquidade”. (WRIGHT, 2004, p.273). Concluindo, atualmente o compromisso com a justiça é tão importante para os jesuítas quanto sua luta contra a Reforma ou a evangelização foi para seus antecessores e, é nessa colisão entre tradição e contingência que reside o fascínio da história jesuítica. (WRIGHT, 2004).

Chegando aos dias atuais, em 2003 havia cerca de 20.500 jesuítas em todo o mundo, sendo que atualmente, de acordo com Wright (2004), eles podem ser encontrados em quase todos os países e em quase todo tipo de local de trabalho, seja em zonas de guerras ou lugares problemáticos no mundo, tais como Sudão, Angola, Ruanda, Timor-Leste, Balcãs, Molucas, a probabilidade da presença jesuítica é alta. Existem jesuítas bioquímicos, responsáveis por casas de retiro, professores em escolas de



administração, um que assumiu um posto de diretor da Disney, o que desistiu de uma cadeira no Congresso Americano, dentre tantos outros casos curiosos em todo o mundo, sendo que até o papa atual vem das fileiras jesuítas.

Antes de finalizar essa parte do trabalho, outro tema que afeta muito os religiosos da Igreja Católica nos dias atuais e não poderia deixar de ser citado nesse estudo é o da questão sexual envolvendo-os. Segundo Wright (2004), desde o início de sua história, os jesuítas foram muitas vezes acusados de mestres na arte de seduzir belas jovens, de serem frequentadores de bordéis, mantenedores de amantes para seu desfrute, acusados também de manter uma estreita ligação entre o confessionário e o sexo; sua conduta nessa área também era colocada em dúvida dentro das escolas em relação à pedofilia e ao homossexualismo. Mas, a conduta desviante de alguns membros da ordem, assim como acontece na atualidade com a Igreja e outras instituições, não pode manchar a imagem de toda a congregação. Maus elementos existiam e existem em todas as instituições, sejam elas religiosas ou não, porém, o que não havia e, hoje também ainda não existe dentro da Igreja, era um sistema efetivo de investigação, julgamento e punição para os que se desviavam em suas condutas. O corporativismo e a “vista grossa” eram mais fortes e atuantes que qualquer iniciativa para moralizar a instituição nesse campo, assim como em outras situações controversas em que se envolvia a Companhia de Jesus e seus membros.

Para entender a atuação dos jesuítas no Brasil na época da colonização, se torna importante, como dito anteriormente, conhecer sua história. Como abordado nesse capítulo, essa história é muito rica e abrangente, cheia de altos e baixos, com atos de coragem, de bravura, de abnegação, de verdadeira entrega e doação aos desígnios de Deus, mas também, atos de exploração, de crimes, de desvirtuamento completo ao que é pregado no evangelho. No Brasil não foi muito diferente, como será visto no quarto capítulo desse trabalho.

## 2. OS ÍNDIOS

Em relação aos índios brasileiros, segundo Bueno (1997), falando sobre sua origem, o que se sabe até hoje são somente incertezas. Várias teorias foram lançadas,



relatando sobre a chegada do homem ao território que hoje se denomina Brasil: a mais aceita defende a migração do homem via estreito de Bering no tempo em que existia uma ponte de gelo naquele lugar unindo a Ásia à América do Norte. De acordo com Koshiba (1994), isso teria ocorrido por volta de 35 mil anos até 12 mil anos antes de Cristo; a partir desse período a temperatura teria se elevado e desmanchado a ponte de gelo. Existem outras teorias sobre a chegada do homem ao continente americano via Oceano Pacífico, por exemplo. Nossa análise, porém, irá focar outros aspectos em relação a esse povo, mais especificamente o foco será sobre seus descendentes e o estado em que se encontravam quando os europeus aqui chegaram, abrangendo também as relações que se desenvolveram entre brancos e índios a partir de então.

A verdade é que não sabemos ao certo nem quantos índios existiam no ano de 1500 no que viria a se tornar o território brasileiro nos dias atuais. Conforme Fausto (2009) os cálculos a esse respeito variam entre 2 milhões para toda a área ou cerca de 5 milhões vivendo somente na Amazônia. Segundo Narloch (2011) as estimativas variam entre 1 milhão e 3,5 milhões de índios. Já, de acordo com Koshiba (1994), os números variam entre 189 mil a 1 milhão de nativos. Fausto (2009) afirma que atualmente existem entre 300 e 350 mil índios no país, mas Narloch (2011) argumenta que essa estimativa não leva em conta a figura do “índio colonial”, ou seja, aquele que largou a tribo por vontade própria ou por deslumbramento com a cultura europeia, adotou um nome português, casou-se e ajudou a formar a famosa miscigenação brasileira, onde seus descendentes, muitas vezes, não se reconhecem como índios nos dias atuais.

De acordo com Bueno (1997), quando Pedro Álvares Cabral chegou ao Brasil, no tempo do chamado “descobrimento”, os índios tupinambás e tupiniquins dominavam praticamente toda a costa litorânea, tendo expulsado para o interior os chamados tapuias. Koshiba (1994) afirma que o litoral brasileiro nessa época era ocupado principalmente pelos índios tupi-guaranis, ou, simplesmente, tupis. Eles pertenciam à mesma cultura e falavam a mesma língua, sendo agrupados em pequenas aldeias de cerca de três mil habitantes, porém, essas aldeias estavam sempre em estado de



guerra entre si. Segundo Bueno (1997) outras denominações indígenas estavam presentes no território brasileiro, tais como: potiguar, tremembé, tabajara, caeté, aimoré, goitacá, tamoio e carijó, dentre outras. Mas os tupinambás constituíam o povo tupi por excelência, as demais tribos tupis seriam suas descendentes. Os tupinambás viviam da margem direita do rio São Francisco até o Recôncavo Baiano.

De acordo com Koshiba (1994), os povos indígenas que tiveram o primeiro contato com os portugueses no século XVI, caracterizavam-se pelo igualitarismo dentro de suas comunidades, ou seja, não existiam classes sociais. Outra característica fundamental do índio era seu caráter guerreiro, além da existência de uma inimizade crônica entre as diversas tribos vizinhas, que segundo Narloch (2011) produzia um calendário de guerras entre elas, sendo os índios tupis obcecados pela guerra. Da vitória na guerra e da captura de inimigos, dependia o status do guerreiro dentro de sua tribo: podia casar ou ter mais esposas, por exemplo. Ao inimigo capturado na guerra pelos tupinambás, que eram canibais, somente restava a opção de ser devorado numa cerimônia festiva que reunia toda tribo e convidados da vizinhança. Esse “costume bárbaro” – a antropofagia – conforme afirma Bueno (1997), horrorizava os europeus e fazia parte de um ritual de vingança. O índio capturado no campo de batalha pertencia àquele que primeiro havia lhe tocado, era conduzido triunfalmente à aldeia do inimigo sendo insultado e maltratado nesse primeiro momento; depois passava a ser bem tratado e recebia inclusive uma esposa para cuidar dele, podia andar livremente, mas não podia fugir, na verdade nem passava pela sua cabeça a ideia de fugir. De acordo com Koshiba (1994), muitas vezes sua execução demorava anos para ocorrer e, quando chegava a hora, era para ele também um momento glorioso, pois tinha uma morte considerada digna, que fazia sentido na medida em que sua tribo também fazia os mesmos rituais com seus inimigos, além do que, tinha a oportunidade de morrer como homem bravo, guerreiro, diferentemente da mulher índia fraca que morria sem semelhantes honras, assim se distinguia também a importância dada ao homem em relação à mulher. Após a execução, toda a tribo comia a carne da vítima e bebia seu sangue, uma forma de se apoderar da força do inimigo. “Os índios dão morte ao guerreiro para que o guerreiro permaneça”, “assim se estabelece uma identidade entre o executor e a vítima, que é essencial, pois



impede que o ato de execução de um guerreiro por outro se transforme em negação do próprio guerreiro". (KOSHIBA, 1994, p.23).

Ainda segundo Koshiba (1994) essa questão do “índio guerreiro” é fundamental para se entender a base de sua cultura, pois o guerreiro não teme a morte e quem não teme a morte não pode ser dominado; a morte será sempre preferível a qualquer forma de servidão. Quanto à guerra em si, ela não pode nunca chegar a uma decisão final e definitiva, pois, o fim da possibilidade de novas guerras elimina a figura do guerreiro, tornando-o socialmente desnecessário. “Na execução de um guerreiro, vencem todos os guerreiros, porque eles são eternos, embora, por isso, a guerra também se eternize”.

Continuando, Koshiba (1994) afirma que as sociedades indígenas se opõem pela divisão sexual: de um lado, o homem-guerreiro-forte-valorizado e, do outro lado, a mulher-trabalhadora-frágil-desvalorizada. Assim, a posição da mulher na sociedade indígena é subordinada à posição do homem. Ser guerreiro é importante, o trabalho é uma função inferior, destinada à mulher. Era a mulher quem praticava a agricultura, semeando, conservando e colhendo, ao homem cabia apenas a derrubada das árvores e a preparação do terreno. A mulher se dedicava “à coleta de frutos silvestres, colaboravam na pesca, transportavam produtos da caça, fabricavam farinha, cauim, azeite de coco, fiavam o algodão, teciam as redes e cestos, fabricavam utensílios de cerâmica, cuidavam dos animais, dos filhos, preparavam os alimentos para as refeições, etc”. “Era tarefa masculina, a caça, a pesca, a fabricação de canoas, a construção de moradias e, principalmente, a atividade guerreira.” (KOSHIBA, 1994, p.30-31).

Aqui cabe ainda, segundo Koshiba (1994), outra observação importante sobre a cultura indígena no que diz respeito à economia, pois, podemos caracterizá-la muito mais como uma sociedade coletora do que produtora, apesar da existência de sua agricultura como foi descrito acima, porque a coleta – caça, pesca, etc – se sobreponha a ela. Uma economia coletora não exclui a produção de alimentos, desde que essa última tenha um papel secundário ou subsidiário como no caso dos índios. Já em relação ao trabalho contínuo e árduo como o conhecemos, esse não existia



entre os índios, pois, conforme Koshiba (1994) a fartura da terra providenciava tudo que necessitavam para comer; os índios eram bons caçadores, bons pescadores e ótimos mergulhadores e não havia o menor indício de que passassem necessidades. Assim, de acordo com Koshiba (1994), a sociedade indígena se caracterizava também por ser uma sociedade do “tempo livre”, onde não se gastava mais do que três ou quatro horas diárias para obtenção do alimento necessário sem necessidade de se juntar e se guardar provisões, se regendo por princípios completamente diferentes do modo de vida europeu. Daí, a visão muitas vezes preconceituosa de que o índio era um ser preguiçoso.

Outro ponto que merece destaque na sociedade e na cultura indígena diz respeito à falta de um governo reconhecido como tal, sem ter nenhum indivíduo provido de autoridade capaz de representá-los e falar em seu nome, sendo a sociedade igualitária e sem propriedade privada, portanto, não brigavam por riqueza, não precisando de Estado ou governo; se tinham chefes, a eles obedeciam por vontade própria, não por obrigação. (KOSHIBA, 1994)

Outro aspecto importante da cultura dos índios no Brasil narrado por Koshiba (1994), diz respeito à relação homem-mulher, pois um homem tinha várias mulheres e podia abandoná-las pelos motivos mais simples; se as achasse com outro homem não tinha nenhum problema também, não existia nenhum sentimento de fidelidade ou de posse na relação, por isso não existia o casamento. “Em resumo, a união entre homens e mulheres era instável devido à falta de autoridade dos maridos sobre suas esposas”. Em relação aos filhos também, os índios não exerciam nenhuma forma de autoridade sobre eles, não os castigando, apenas os criavam até que cada um fosse capaz de cuidar sozinho de sua vida; não que os índios não amassem seus filhos, pelo contrário, faziam mais bem a eles que a si próprios, mas a criação segundo os portugueses era extremamente viciosa e sem nenhuma preocupação com as virtudes. Assim, segundo os portugueses, não havia uma ordem familiar na sociedade indígena brasileira.

Narloch (2011), faz uma análise interessante sobre os retratos que os historiadores fizeram dos índios brasileiros em diversos momentos de nossa história: no início, no



tempo do descobrimento, os nativos eram descritos como seres incivilizados, eram como animais que precisavam ser domesticados; já no século XIX, uma corrente de estudiosos propagou a imagem do indianismo romântico retratando o nativo como o bom selvagem, “dono de uma moral intangível”; no século XX foi mantida parte dessa visão, porém, acrescentando-se à imagem da cultura indígena original e pura, a questão da sua destruição “pelos gananciosos e cruéis conquistadores”. A história contada dessa forma retrata os índios como seres passivos que não tiveram outra opção a não ser lutar contra os portugueses ou se submeterem a eles. Esse discurso passa a imagem de que os índios da América viviam em plena harmonia entre eles e com a natureza, até que os portugueses chegaram, travaram guerras cruéis e acabaram por destruir o meio-ambiente, as pessoas e a cultura daquele povo. Novos estudos, que em momento algum negam as caçadas que os índios sofreram, mostram que eles não foram somente vítimas indefesas nesse processo, mas em muitos momentos fizeram suas escolhas e manifestaram suas preferências, pois os portugueses eram em número muito menor e para manterem-se seguros e “amigos” dos índios, foram obrigados a acatar estas decisões. “Muitos índios foram amigos dos brancos, aliados em guerras, vizinhos que se misturavam até virar a população brasileira de hoje”. Índios e brancos fizeram muitas festas juntos, com direito a muita bebedeira mostrando que aquele choque de civilização não foi somente caracterizado como tragédia e conflito.

Narloch (2011) defende a tese de que quando o europeu encontrou o índio no século XVI, pôs fim a um isolamento causado pelas migrações humanas que completava cerca de 50 mil anos. Tanto tempo de separação provocou um choque cultural e de epidemias que afetou ambos os lados: aquele reencontro foi um dos fatos mais extraordinários da história humana, com vantagens e descobertas marcantes tanto para os europeus como para as nações indígenas que aqui viviam.

Concluindo, Narloch (2011) relata ainda que, até a chegada do europeu no Brasil, em termos de evolução histórica como a conhecemos hoje, os índios não tinham “chegado à Idade do Ferro e nem mesmo à do Bronze”, não conheciam nem a roda e sua agricultura era não intensiva e rudimentar, de baixa produtividade, fazendo com



que, dependendo da sorte ou azar na caçada ou na coleta, os mesmos passassem por períodos de fome. O isolamento do nativo americano por tanto tempo, o deixou à margem da integração cultural que marcou a história de europeus, africanos e asiáticos desde a antiguidade, pois, através do comércio, das conquistas e das guerras, as novas tecnologias e os costumes passaram de uma cultura a outra.

### 3. OS COLONIZADORES PORTUGUESES

Segundo Fausto (2009, p.9-11), a chegada dos portugueses ao Brasil constituiu-se em “um dos episódios da expansão marítima portuguesa iniciada em princípios do século XV”. Quase cem anos antes de Cristóvão Colombo, que foi enviado pelos espanhóis, chegar à América, Portugal já dava os primeiros passos rumo à sua expansão. Esse fato se deveu a diversos fatores, dentre eles: a experiência no comércio de longa distância acumulada durante os séculos XIII e XIV com a parceria desenvolvida com os genoveses que transformaram Lisboa num grande centro de comércio internacional; o envolvimento econômico de Portugal com o mundo islâmico com a utilização da moeda como meio de pagamento; a posição geográfica do país próxima às ilhas do Atlântico e à costa da África; as condições políticas favoráveis com a precoce unificação do reino em relação a outras nações como França, Espanha, Inglaterra e Itália, envolvidas em conflitos internos e externos; os interesses das diversas classes e grupos sociais portugueses – comerciantes, rei, nobreza, clero e povo – na busca de novas perspectivas econômicas e melhores condições de vida; a invenção e aperfeiçoamento de vários instrumentos de navegação e localização como o astrolábio e o quadrante, além do desenvolvimento da arquitetura naval com a construção da caravela que era uma embarcação mais leve, veloz e de pequeno calado que permitia uma aproximação melhor da terra firme. Diante de todos esses fatores, a expansão se transformou num grande projeto nacional português, no qual todos ou quase todos se envolveram e que atravessou vários séculos.

Ainda, de acordo com Fausto (2009) a busca pelo ouro e pelas especiarias se tornaram os grandes objetivos da expansão portuguesa. O ouro, principalmente, por ser utilizado como uma moeda confiável e as especiarias para utilização na conservação dos alimentos e para satisfação de hábitos alimentares. Então,



basicamente, o que levava os homens a se aventurarem mar afora, viajando por muitos dias, se alimentando de forma precária e, muitas vezes, arriscando a própria vida era a busca de riquezas.

Fausto (2009) relata que a conquista de Ceuta, situada no norte da África, em 1415 foi o marco inicial da expansão marítima de Portugal que, posteriormente, evoluiu para a exploração da costa ocidental africana e para as ilhas do oceano Atlântico. Da passagem do cabo Bojador em 1434 por Gil Eanes até a ultrapassagem do cabo da Boa Esperança em 1487 por Bartolomeu Dias transcorreram-se 53 anos. Esse marco permitiria a penetração no oceano Índico que levaria os portugueses às Índias e, depois, à China e ao Japão.

Nessa trajetória de ampliação dos horizontes portugueses pelo mar, de acordo com Fausto (2009), em março do ano de 1500 partiu de Lisboa a maior frota de caravelas com destino às Índias; eram 13 navios sob o comando do fidalgo Pedro Alvares Cabral. A frota passou pelas Ilhas de Cabo Verde, tomando rumo oeste, afastando-se da costa africana até chegar no que seria as terras brasileiras em 21 de abril daquele ano. Nesse ponto existe grande discussão em relação à chegada dos portugueses ao Brasil, se a mesma teria sido ocasional ou intencional, porém, não é objetivo deste trabalho aprofundar-se nesse debate.

Após a descoberta dessas novas terras, fazia-se necessária a ocupação e a respectiva exploração, pois, segundo Assunção (2003) a colonização era uma proposta viável uma vez que os domínios portugueses poderiam fornecer riquezas idênticas – ouro e prata - as das colônias espanholas da América. Mas, nos primeiros trinta e cinco anos, de acordo com Fausto (2009) a principal atividade econômica em terras brasileiras foi a extração do pau-brasil que era obtido por meio de trocas com os índios. O índio entrava com a mão-de-obra para derrubada de árvores e recebiam em contrapartida peças de tecidos, facas, canivetes, machados, anzol para pesca e outras quinquilharias. Nesse ponto, Narloch (2011) faz uma observação importante sobre esse sistema de trocas entre portugueses e índios, pois, essas chamadas quinquilharias eram na verdade “riquezas e costumes selecionados durante milênios de contato entre civilizações da Europa, da Ásia e da África”, e completa afirmando



que para os índios era um ótimo negócio ter acesso a esses objetos através da troca com papagaios e pau-brasil, pois, essas trocas acabaram por inserir os índios na “Idade do Ferro”.

Conforme Assunção (2003) visando ocupar produtivamente o território e colonizá-lo sem grandes investimentos por parte da coroa, o Brasil foi dividido em grandes faixas de terras que foram distribuídas a alguns membros da nobreza portuguesa, as chamadas capitâncias hereditárias, dando início efetivo ao povoamento do território constantemente ameaçado de invasão e posse pelos franceses. Tais senhores de terras – donatários – deveriam empregar seus próprios recursos na exploração de suas possessões. Porém, a grande distância entre colônia e metrópole, os ataques dos índios às propriedades, a falta de capacitação dos funcionários da Coroa, o próprio isolamento das capitâncias entre si e, principalmente, a falta de recursos próprios dos donatários para investimento, foram responsáveis pelo fracasso desse modelo de colonização, sendo que apenas duas capitâncias obtiveram certo êxito: Recife e São Vicente.

Esse fracasso levou à criação da figura do governo geral visando a centralização da administração e um controle maior da colônia pela metrópole. Segundo Fausto (2009), junto ao primeiro governador-geral - Tomé de Souza – que chegou ao Brasil em 1549 vieram os primeiros jesuítas – Manoel da Nóbrega e cinco companheiros – com o objetivo de catequizar os índios e disciplinar o ralo clero de má fama existente na colônia. Era dado o início da organização do Estado e da Igreja no país de forma estreitamente ligada. Nessa mesma linha de raciocínio, Assunção (2003, p.10) afirma que o projeto de colonização não era apenas para ocupação da terra, mas sim para legitimação dessa posse, ou seja, colonizar significava também cristianizar, assim, os jesuítas eram elementos vitais no processo de colonização.

Diante de tudo que foi exposto até o momento, nesse ponto da história se dá o início da relação entre os três principais elementos humanos que serão analisados neste trabalho: os jesuítas, os colonizadores e os índios. E, a principal questão levantada diz respeito a até que ponto os jesuítas, com sua ação evangelizadora, juntamente com a ação do colonizador português em busca de riquezas, teriam sido responsáveis



pela tragédia do índio em nosso país. Para responder a essa questão, no próximo capítulo, serão analisadas essas relações, ou seja, as relações colonizador-índio, colonizador-jesuíta e jesuíta-índio.

#### **4. AS RELAÇÕES ENTRE O ÍNDIO, O JESUÍTA E O COLONIZADOR**

Após o chamado descobrimento do Brasil, Koshiba (1994) relata que os primeiros contatos entre portugueses e indígenas, devem ter sido pacíficos, pois esses índios se mostraram amistosos e profundamente atraídos pelos objetos oferecidos pelos portugueses como presentes. Mesmo depois, com a fixação na terra dos primeiros povoadores, ainda houve certo desejo de entendimento, mas as divergências começavam a aparecer e, inicialmente, as consequências desses atritos foram extremamente catastróficas para os portugueses que tiveram a quase totalidade das capitâncias inviabilizadas por ataques dos índios. Um exemplo desse tipo de ocorrência foi a aliança firmada entre os índios potiguaras com piratas franceses que se uniram e hostilizaram os habitantes das capitâncias de Itamaracá e Pernambuco, queimando engenhos e matando portugueses. Os indígenas atacavam e inviabilizavam todos os investimentos aportados no país até aquele momento. Segundo Narloch (2011), no início, os navegadores chegavam a lugares ainda desconhecidos e frequentemente eram atacados de imediato. Mesmo com suas espadas e arcabuzes, a munição era restrita e o carregamento de suas armas era um tanto quanto demorado, facilitando os ataques dos índios.

De acordo com Koshiba (1994), a causa do início desses conflitos era o comportamento dos portugueses, sempre ambiciosos, que propunham negócios interessantes para os índios em termos de remuneração pelo corte do pau-brasil, utilizando os apetrechos de que dispunham, mas aos poucos as exigências em cima dos índios iam aumentando até alcançarem o ponto de ruptura. Basicamente, os portugueses chegaram ao país e se “apropriaram das terras indígenas, tomaram suas mulheres, exigiram trabalho e se consideravam seus senhores naturais”. Julgavam-se superiores e “acreditavam que a nova terra lhes pertencia por direito”. Onde não foi possível exercer esse direito de forma pacífica, não hesitaram em utilizar a força e a violência.



Koshiba (1994) afirma que os colonizadores utilizaram contra os índios a “estratégia do medo” com o uso da violência, na chamada “guerra natural”; o medo da morte levaria o ser humano, no caso o índio, a trocar sua liberdade pela submissão, fazendo da servidão algo preferível à morte. Culturalmente, os índios viam a guerra como uma luta contra o medo, pois suas guerras eram travadas, como já foi exposto neste trabalho, dentro de um código de ética onde até a execução do inimigo valorizava sua atitude de coragem e bravura dentro de um ritual sagrado, o próprio modo como tratavam seus prisioneiros não tinha a finalidade de degradação ou humilhação. Com os portugueses, o guerreiro indígena era enforcado e seu corpo inerte era exposto de forma humilhante com o objetivo de criar e impor o terror visando produzir dominação. A forma como os portugueses guerreavam teve um efeito psicológico devastador sobre os índios.

Durante o período da implantação das capitâncias, Koshiba (1994) enumerou três modelos básicos de ocupação portuguesa no que diz respeito à relação entre o índio e o homem branco: em Pernambuco, houve conflito militar e simplesmente os indígenas foram vencidos e expulsos da região; na Bahia, fez-se a distinção entre índios amigos e índios inimigos, firmando-se alianças com os índios aliados, que auxiliavam na defesa contra os índios hostis, além de fornecerem mantimentos e mão-de-obra; já em São Vicente houve um generalizado cruzamento entre as raças, com o surgimento do mestiço mameluco fazendo com que o português nessa região incorporasse boa parte da cultura material indígena. As demais capitâncias caíram diante dos ferozes ataques dos índios.

Com a implantação do governo geral em 1549, Tomé de Souza trouxe com ele o chamado “*Regimento*” elaborado em 1548, que, conforme Koshiba (1994) reunia uma série de medidas a serem tomadas em relação aos índios hostis. O ponto central desse projeto era a questão da “sujeição e vassalagem” onde o índio seria tratado como fonte de mão-de-obra, fornecedor de mantimentos, além de servir como soldado na defesa contra tribos inimigas. As ações violentas ficavam restritas aos índios hostis, contra os quais era autorizada a “guerra justa” onde os índios vencidos seriam escravizados.



Ainda segundo Koshiba (1994), no mandato do segundo governador geral, Duarte da Costa (1553-1558), o precário equilíbrio conquistado na Bahia, nas relações com os índios foi rompido pela questão da disputa de terras. Os índios invadiram várias propriedades dos portugueses tentando retomar a posse das terras. A reação do governo foi imediata e violenta, invadindo várias aldeias, incendiando-as e matando muitos índios. Os confrontos se prolongaram, mas no final, diante da violenta repressão, os índios remanescentes se sujeitaram.

Já o terceiro governador geral, Mem de Sá (1558-1572), conforme Koshiba (1994), moveu guerra ofensiva contra as tribos do Recôncavo, enviando uma grande expedição para quebrar uma poderosa resistência dos índios tapuias de Paraguaçu. Assim, a partir do governo de Mem de Sá iniciou-se uma nova fase de conquistas que se prolongou até 1599 com a pacificação dos potiguaras por Jerônimo de Albuquerque. A partir da Bahia houve uma incursão no Espírito Santo a pedido do donatário Vasco Fernandes Coutinho que era incomodado pelos índios aimorés. Em 1560, Mem de Sá enfrentou no Rio de Janeiro, os franceses aliados aos índios tamoios.

Nesse tempo, da invasão francesa ao Rio de Janeiro, um episódio marcante na região de Ubatuba, teve a participação do padre Anchieta e do padre Manoel da Nóbrega, e diz respeito à negociação de uma trégua entre portugueses e índios tamoios em 1563, que, se não fosse firmada, poderia pôr fim à trajetória colonizadora portuguesa em nosso país, pois as forças indígenas somavam cerca de 5.000 homens e ainda receberam o apoio dos franceses. Os portugueses lutaram com a ajuda dos índios temiminós e tupiniquins, contra os franceses e, depois de expulsá-los do Rio de Janeiro, eles (portugueses) se fortificaram e romperam a trégua unilateralmente, vencendo os tamoios em batalha, matando-os e escravizando os que sobreviveram. Diz a história, conforme Bueno (1997, p.35), que os dois padres nada fizeram para impedir o massacre dos índios pelos portugueses, apesar de serem considerados seus protetores. A justificativa dos religiosos para essa atitude omissa foi de que se tratava de índios hostis, que não se sujeitavam ao aculturamento e à cristianização e, nesse caso, se aplicaria o princípio da guerra justa.



No governo de Luís de Brito de Almeida (1573-1578), Koshiba (1994) relata que os problemas com os índios se concentraram no norte do país, no caso, com os potiguaras do rio Paraíba. A partir do governo de Manuel Teles Barreto (1583-1587) se iniciaram as ofensivas portuguesas e espanholas, devido à União das Coroas Ibéricas nesta época. Depois de muitas lutas, mortes e reviravoltas somente em 1599, como dito anteriormente, Jerônimo de Albuquerque estabeleceu a paz definitiva com os potiguaras.

A partir de 1599, segundo Koshiba (1994) os portugueses controlavam a faixa litorânea que ia de São Vicente até o Rio Grande do Norte, com os índios colocados totalmente na defensiva. Nessa época, já não havia no país nenhum grupo indígena capaz de colocar em risco a colonização portuguesa.

Nessa luta, entre branco e índios, o que chama a atenção é como uma minoria – brancos – conseguiu submeter uma grande maioria – índios. Isso aconteceu porque diante de um inimigo comum os diversos grupos indígenas não se uniram, pelo contrário, se aproveitaram para fazer alianças com os europeus para vencerem tribos consideradas inimigas. O maior exemplo da participação de índios no extermínio de índios, de acordo com Narloch (2011) foi na chamada Guerra dos Tamoios, entre 1556 e 1557, onde os tupiniquins e os temiminós se juntaram aos portugueses para expulsar os franceses do Rio de Janeiro, mas ao mesmo tempo lutarem contra seus inimigos: os tupinambás, também denominados tamoios.

Koshiba (1994) afirma que os portugueses usavam diversas artimanhas para fomentar a discórdia entre índios até da mesma tribo, convidando-os para festas e oferecendo a eles bebida alcoólica para embriagá-los. Logo em seguida, os portugueses provocavam esses índios bêbados que começavam a se acusar mutuamente entregando os culpados por algum ato indesejado que haviam feito. O castigo era exemplar, com os condenados colocados em bocas de canhões que eram disparados; outros eram entregues a tribos rivais para serem devorados, aumentando ainda mais a inimizade entre elas.



Além das guerras travadas no século XVI entre brancos e índios, outro motivo de grande mortalidade entre os nativos foi o contágio por doenças trazidas pelos europeus, sobretudo a gripe, a varíola e o sarampo. Esse “simples contágio criou epidemias que devastaram nações indígenas inteiras”. (NARLOCH, 2011, p.59). Sobre esse ponto, Fausto (2009) complementa afirmando que houve uma verdadeira “catástrofe demográfica”, pois os índios não tinham defesa biológica para essas doenças, sendo que duas ondas epidêmicas se destacaram por sua virulência entre os anos de 1562 e 1563, matando mais de 60 mil índios.

Por último, Fausto (2009) ressalta a resistência do índio às diversas formas de sujeição impostas pelo homem branco, seja pela guerra, pela fuga ou pela simples recusa ao trabalho compulsório. O índio tinha melhores condições para resistir que os escravos africanos, pois conheciam melhor o território brasileiro, estavam em sua casa.

De acordo com Fausto (2009), a partir da década de 1570, a coroa portuguesa começou a elaborar leis para tentar impedir a morte e a escravidão generalizada de índios, mas as leis implantadas continham ressalvas e eram burladas constantemente, como no caso das “guerras justas” ou guerras defensivas, ou no caso de punição pela prática da antropofagia, ou ainda no caso do resgate, que consistia na compra de índios prisioneiros de outras tribos que estavam para ser devorados destinando-os à escravidão. Somente em 1758 a coroa determinou a libertação definitiva de escravos indígenas.

Já os jesuítas foram enviados ao Brasil, numa estratégia conjunta de Portugal e de Roma para promover a evangelização e defender e propagar a fé católica um tanto quanto abalada pela Reforma Protestante. Assunção (2003) relata que, juntamente com a estratégia do povoamento e da colonização, o principal objetivo da coroa portuguesa era resguardar as terras descobertas antes que elas fossem atacadas por outras nações. Essas ações, como dito anteriormente, visavam legitimar a posse da terra por Portugal. “O principal objetivo da Companhia de Jesus” no Brasil “era converter os indígenas à fé católica”. (ASSUNÇÃO, 2003, p.11).



Segundo Strieder (2009) a primeira atividade que caracterizou o trabalho jesuítico no Brasil foi a instrução, tendo fundando seu primeiro colégio na Bahia apenas um ano após sua chegada à colônia. Essa atividade cresceu tanto que, no ano de 1749, atingiu a impressionante marca de 669 colégios, 176 seminários, 61 casas de estudos da Ordem e 24 universidades. Esses colégios eram gratuitos e seguiam o “*Ratio Studiorum*” como sistema pedagógico. Já a segunda atividade característica dos jesuítas foram as missões, onde os missionários recebiam um treinamento especial de como se adaptar às diferentes culturas, além do aprendizado das respectivas línguas. Esse método missionário obteve grande êxito, mas nem sempre era bem visto pelas demais autoridades eclesiásticas. Para os indígenas, o fato de os jesuítas falarem sua língua, os distinguiu do colonizador escravagista. Os missionários utilizavam também ritos, nomes, referências e mitos próprios dos índios para alcançarem seus objetivos.

Strieder (2009) diz que os jesuítas logo perceberam o caráter totalmente corrupto dos colonizadores orientados pela cobiça e depravados em seus costumes. Dessa forma, para atingirem seus objetivos, perceberam que precisariam estar próximos do poder político. Assim, as aldeias e os colégios recebiam terras do governo para produzirem e se manterem; as missões recebiam subvenções e se conseguia que a escravidão do indígena fosse proibida por leis baixadas pelos reis. Quanto à introdução de escravos negros como força de trabalho em suas propriedades e no sistema colonial como um todo, no início, os jesuítas se mostraram reticentes, mas depois a aceitaram não a contestando devidamente.

Nesta mesma linha de raciocínio, Koshiba (1994), enumera os dois problemas principais que dificultavam o projeto jesuítico no Brasil: de um lado, a cobiça dos povoadores que os levavam à indisciplina e à desobediência à autoridade; e de outro lado o desconhecimento da autoridade pelos índios que juntamente com o igualitarismo e a falta de cobiça tornava a autoridade sem justificativa. A ausência de autoridade para os jesuítas liberava o ser humano para a prática de dois vícios: a cobiça e a sensualidade. Os povoadores se perdiam nos dois e os índios no segundo.



Segundo Koshiba (1994) a indiferença do índio pelo acúmulo de riqueza não o levava ao trabalho disciplinado e nem à criação de um espírito previdente, assim, o igualitarismo dos índios foi visto como um problema pelos jesuítas e disso resultaria seu relaxamento moral que levaria à sensualidade. A falta de autoridade do homem índio “tornava as relações conjugais frouxas e instáveis” não favorecendo a formação e constituição de famílias onde os filhos poderiam ter uma referência moral para sua formação. Assim, os índios passaram a ser vistos como seres viciosos, em oposição à inocência com a qual foram caracterizados no momento do descobrimento; sem contar os costumes da antropofagia, da poligamia e da guerra imotivada que eram costumes indígenas considerados como verdadeiras catástrofes para os jesuítas.

Já Fausto (2009, p.23) afirma que os jesuítas “não tinham respeito pela cultura indígena, ao contrário, para eles chegava a ser duvidoso que os índios fossem pessoas” e cita o padre Manuel da Nóbrega dizendo que “índios são cães em se comerem e matarem, e são porcos nos vícios e na maneira de se tratarem”. Talvez, por esse motivo, Nóbrega pregava, segundo Koshiba (1994), a sujeição do índio como forma de torná-lo obediente através da coação e do medo, porém, os jesuítas souberam dosar melhor que o colonizador, a questão do rigor e da brandura em sua “técnica de dominação” em relação aos índios. Para Nóbrega, uma vez obtida a sujeição com os indígenas recolocados sobre uma nova base social, estaria preparado o terreno para que recebessem a fé. (KOSHIBA, 1994). A sujeição significava trazer os índios para o convívio com os cristãos, porém, os índios cristianizados eram submetidos ao trabalho escravo pelos povoadores, que também abusavam de suas mulheres contrariando o conteúdo da palavra de Deus que eles tentavam tanto transmitir aos indígenas. (KOSHIBA, 1994). Por isso, os jesuítas começaram a defender o aldeamento para separar os índios já cristianizados dos colonizadores, considerados “maus cristãos” pelos jesuítas.

Fausto (2009) relata que a chegada dos portugueses e, principalmente, dos religiosos ao Brasil, foi associada pelos indígenas à chegada dos “grandes xamãs”, que segundo suas crenças, andavam pelo mundo, “de aldeia em aldeia, curando, profetizando e falando de uma terra de abundância”. Assim, o trabalho de dominação empreendido



pelos religiosos junto aos índios foi facilitado pela própria condição de aceitação de suas crenças. Os religiosos foram ganhando a confiança dos indígenas também, na medida em que os defendiam da exploração e da escravidão empreendida pelos colonizadores. De acordo com Koshiba (1994), os jesuítas não viam o índio apenas como um instrumento de trabalho como fazia o colonizador, assim, essa divergência entre religiosos e conquistadores, colocava-os sempre em posição de conflito. Fausto (2009, p.23) fala sobre esse assunto, afirmando que “as ordens religiosas tiveram o mérito de tentar proteger os índios da escravidão imposta pelos colonos, nascendo daí inúmeros atritos entre colonos e padres”.

Voltando aos fatos, Assunção (2003, p.11) relata que os primeiros jesuítas que vieram na expedição de Tomé de Souza em 1549 foram: padre Manuel da Nóbrega (padre superior), Antônio Pires, Leonardo Nunes, Juan de Azpilcueta Navarro e os irmãos Vicente Rodrigues e Diogo Jácome. Seu principal objetivo, como já dito anteriormente, era a conversão dos “gentios” e, para que isso acontecesse “era necessário que os missionários convivessem com os indígenas, a fim de catequizá-los, cuidar de suas doenças, ensinar novas técnicas artesanais e agrícolas. Assim, foram surgindo os aldeamentos e as missões”.

Assunção (2001) define aldeia como uma pequena povoação de índios; aldeamento, como uma aldeia dirigida por missionários ou por uma autoridade civil e; por último, missão ou redução como uma instituição formada por missionários com o objetivo de difundir a fé católica por meio da catequese dirigida aos indígenas, além da orientação ao trabalho agrícola e pastoril, baseado na propriedade coletiva dos meios de produção e no trabalho livre e familiar, garantindo o sustento da comunidade e vendendo o excedente no mercado.

Segundo Koshiba (1994), nos aldeamentos e nas missões ou reduções, a vida dos índios foi completamente remodelada com base numa estreita ligação de trabalho e vida religiosa, seguindo uma rotina rigorosa que começava já na madrugada com instrução religiosa para as mulheres, depois o trabalho na confecção de roupas e tecidos para elas. Em seguida vinham as crianças para aprenderem a ler e escrever e receber as lições da doutrina; ao final das aulas, os meninos iam ajudar na caça e



na pesca. Os homens adultos dirigiam-se direto para o campo, de onde retornavam somente à noite, quando, então, recebiam as lições da doutrina. Os índios foram divididos em casas que os separavam em “famílias” ao invés das moradias coletivas, e, em vez da vida ritmada pela natureza, passaram a se submeter ao tempo cronológico como os europeus. Sua conversão era acompanhada pela imposição pedagógica da cultura portuguesa, não caracterizando de forma alguma uma prática inocente, uma vez que, sufocava suas manifestações culturais próprias. Suas práticas sexuais tribais foram suprimidas, sendo substituídas por regras que privilegiavam o trabalho e a oração. Foi introduzido o hábito de cobrir o corpo com roupas. Por fim, as variações regionais da língua foram unificadas pela “língua geral” introduzida pelos jesuítas.

Bueno (1997) narra que, entre 1557 a 1561, numa primeira ação missionária no Brasil, os jesuítas reuniram cerca de 34 mil índios em 11 aldeamentos nas proximidades de Salvador, porém, quando o governador geral Mem de Sá decretou guerra justa aos índios caetés, os colonos aproveitaram para atacar os aldeamentos e escravizar cerca de 19 mil índios, os outros 15 mil índios foram mortos por uma epidemia de varíola. Com essa experiência desastrosa, esse tipo de empreendimento praticamente desapareceu de terras brasileiras naquele tempo, sendo repetida, porém, anos depois no Paraná, no Mato Grosso, no Rio Grande do Sul, no Paraguai e norte da Argentina.

As Missões, conforme Bueno (1997), eram cerca de 60 povoados localizados no Guairá (entre os rios Paranapanema e Iguaçu), no Itatim (à margem esquerda do rio Paraguai), no Tape (oeste do Rio Grande do Sul) e entre os rios Uruguai e Paraná (Rio Grande do Sul e Argentina), sendo alguns com mais de 5 mil habitantes. Essas comunidades foram atacadas e dizimadas durante o período de 1628 a 1641 pelos bandeirantes paulistas na caça ao índio em busca de mão-de-obra para escravidão; porém renasceram e durante 11 décadas de paz, cresceram e prosperaram; por volta do ano de 1700 formavam os 30 povos com mais de 150 mil habitantes. Vale ressaltar a vitória dos índios guaranis em uma batalha contra uma bandeira em 1641 no norte da Argentina quando tiveram o apoio dos padres jesuítas e dizimaram cerca de 200 paulistas, marcando o último confronto entre ambos.



Sobre as bandeiras que se tornaram grandes inimigas das reduções missionárias, Fausto (2009), afirma que foram a grande marca deixada pelos paulistas na vida colonial do século XVII, onde expedições de milhares de índios, mamelucos e brancos - esses em menor número - lançavam-se pelo sertão na caça de outros índios para serem escravizados e na busca de metais preciosos. Anotações dos jesuítas estimaram em 300 mil índios capturados somente nas missões do Paraguai que seriam vendidos como escravos em São Vicente e Rio de Janeiro. O próprio Fausto considera exagerado esse número, mas, ressalta que outras estatísticas também apresentavam quantidades sempre elevadas. Já Narloch (2011) também contesta os números levantados pelos jesuítas, argumentando que a imagem da barbárie dos paulistas, narradas pelos mesmos, ajudava a esconder o motivo real do esvaziamento das missões, pois, muitos índios, na verdade, fugiam por falta de confiança nos próprios padres ou para buscarem uma nova vida sem a rotina e o rigor das normas cristãs. Essas estatísticas exageradas dos jesuítas eram enviadas em comunicados para as autoridades europeias na esperança de conseguir apoio contra os ataques dos paulistas.

Em relação às Missões Paraguaias denominadas “República dos Índios Reduzidos”, Strieder (2009) acrescenta que dos 30 povos, 7 se localizavam em regiões hoje pertencentes ao Brasil. Sobre sua história, esse autor acrescenta que, desde o início do processo de colonização no século XVI, os jesuítas já haviam percebido que os colonizadores tinham vindo para a América com a única intenção de enriquecer e para isso precisavam da mão-de-obra escrava do índio. Através do sistema de “encomiendas” 100.000 índios foram distribuídos em 320 latifúndios espanhóis. Somente alguns religiosos e funcionários públicos, além dos jesuítas se opuseram ao massacre e à escravização dos indígenas. A partir de 1609, os missionários receberam autorização para colocar em prática seu sistema de reduções longe dos colonizadores espanhóis. No decorrer dos séculos XVII e XVIII foram fundadas cerca de 70 povoações de índios com aproximadamente 200.000 habitantes, localizadas desde a Bacia do Rio da Prata até os afluentes do Rio Amazonas. As reduções paraguaias duraram 158 anos, ou seja, até 1767. Em relação ao poder nas reduções, o mesmo era exercido pelo jesuítas superior em conjunto com os líderes indígenas –



os caciques. Houve assim, o encontro de duas culturas que estavam em estágios diferentes de desenvolvimento, porém, vale ressaltar que os aspectos culturais europeus foram predominantes. Mas o interesse fundamental dos jesuítas, no caso, era a conversão do índio ao cristianismo e o esforço civilizatório era apenas um meio para atingir seus objetivos.

Segundo Bueno (1997) o projeto missionário levanta muitas perguntas sem respostas: Teria sido um projeto comunista? Sua implantação baseou-se na obra “Utopia” de Thomas Morus ou na “República” de Platão, ou ainda “Cidade do Sol” de Campanella? Até que ponto a obra dos padres teria sido humanitária? Não teria sido esse projeto o caminho mais curto para o genocídio guarani?

Bueno (1997) relata que o fator principal para a destruição desse projeto missionário, foi o a questão de sua localização estar entre dois impérios em expansão – Portugal e Espanha. E, através do Tratado de Madri assinado entre esses dois países em 1750, foram definidas as fronteiras entre suas colônias, sendo que as Missões correspondiam a praticamente um “estado tampão” entre eles. Após a assinatura desse acordo, padres e índios receberam um ultimato para abandonar a região, como não acataram a ordem, foram deflagradas as chamadas “guerras guaraníticas”. Em 1756 uma coligação de forças militares portuguesas e espanholas massacraram as forças indígenas mal armadas pondo fim ao projeto.

No caso da colonização portuguesa, Fausto (2009) relata que a Igreja Católica e o Estado trabalharam conjuntamente na organização da administração do Brasil, porém a Igreja estava subordinada ao Estado pelo mecanismo do chamado “padroado real”, em que, basicamente, o dízimo recolhido dos fiéis ia para os cofres da coroa que em troca remunerava o clero e ficava responsável pela construção e manutenção dos templos. Mas, os jesuítas, na medida em que se tornaram grandes empreendedores, não dependendo tanto das verbas da coroa, colocaram em prática suas políticas próprias, principalmente na defesa do índio, entrando sempre em confronto com os interesses dos colonizadores.



Por sua aliança com a coroa portuguesa, segundo Assunção (2003), os favorecimentos reais aos jesuítas eram muitos e os transformaram em senhores de engenho e criadores de gado, dentre outras atividades mercantis. O excedente produzido em suas fazendas era vendido no mercado e o lucro reinvestido na manutenção e ampliação das propriedades. Como já abordado anteriormente, os jesuítas eram defensores dos indígenas contra os colonos na questão da escravidão, assim, os religiosos utilizariam a mão-de-obra escrava africana em seus empreendimentos (outras ordens religiosas também fizeram isso). O escravo negro na propriedade jesuítica não estava livre da violência, pois açoites brandos e prisões eram práticas consideradas aceitáveis; já punições mais violentas eram condenadas. No período colonial brasileiro, poucos jesuítas se posicionaram contra essa questão dos horrores da escravidão negra.

Por fim, Narloch (2011) em seu livro “Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil” levanta algumas questões para reflexão quando afirma que “quem mais matou índios foram os Índios” devido à grande rivalidade entre as tribos e ao calendário de guerras entre elas – as tribos firmavam alianças com o homem branco europeu para obter vantagens tecnológicas na guerra contra seus inimigos antigos. As tribos passaram também por um esvaziamento, não só por causa de ataques e doenças, mas também pela integração do índio por sua livre vontade ao modo de vida do homem branco, surgindo a figura do chamado “índio colonial”. (NARLOCH, 2011). “Quando os jesuítas implantaram a agricultura intensiva perto das aldeias, obter comida deixou de ser um estorvo” para os indígenas que antes tinham que se dedicar a duras caçadas diárias para obtenção de alimentos. (NARLOCH, 2011, p.52). O esvaziamento das missões não se deveu somente à selvageria dos ataques dos paulistas (bandeirantes), a maioria dos índios abandonou os jesuítas por causa da falta de confiança nos padres e pela recusa em obedecer ao rigor das normas cristãs (NARLOCH, 2011). As epidemias causadas pelo contato de etnias foram comuns na história da humanidade não tendo ocorrido somente com os nativos americanos, muitas mortes devem ter ocorrido também na Europa por doenças levadas daqui para lá, como a sífilis por exemplo. (NARLOCH, 2011). Por fim, o homem branco é acusado de ter difundido o uso de bebidas alcoólicas entre os índios com todas as mazelas que



este vício sempre causou, porém, até a época do descobrimento da América não havia o uso do cigarro e nem o hábito de fumar na Europa, sendo que este vício foi levado daqui para lá, pois os índios americanos fumavam, cheiravam e mascavam a folha do tabaco e, com o contato, os poderes e prazeres do fumo também conquistaram os brancos com todos os males que esse vício também é capaz de causar. (NARLOCH, 2011).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Tudo o que foi narrado neste trabalho serve para mostrar as controvérsias existentes entre diversos autores no que envolve a relação índio-jesuíta-colonizador. Alguns afirmam que os jesuítas são os grandes culpados pela destruição da cultura indígena e, consequentemente, do índio no Brasil. Porém, diante do que foi exposto, fica claro que o conquistador ou o colonizador contribuiu de forma bem mais efetiva para esse extermínio, na medida em que travou diversas guerras contra os índios, matando-os e escravizando-os em grande número, visando dominar e conquistar as novas terras descobertas. As doenças trazidas da Europa, as quais os índios não tinham resistência biológica, também foram devastadoras.

Por outro lado, a Companhia de Jesus veio ao Brasil, motivada pela conquista de almas para a Igreja Católica, ameaçada pela Reforma Protestante que ocorria na Europa; não se preocupou em respeitar a cultura indígena, mas sim, em implantar os princípios da cultura europeia tida como superior na época. Veio também aliada aos interesses da coroa portuguesa, embora, com o tempo tenha se distanciado de suas determinações, tanto que houve a ruptura em 1759 com a expulsão dos jesuítas do reino português.

Porém, o projeto missionário em si é muito controverso, inclusive nos dias de hoje uma vez que interfere e, muitas vezes, violenta a cultura considerada “mais frágil” em termos de argumentação, no caso a indígena. Porém, até nos dias atuais, esse método de conversão religiosa ainda é muito utilizado e badalado dentro das Igrejas, sendo que praticamente todas as religiões possuem seus missionários que são enviados para todas as partes do mundo em busca de mais fiéis para suas crenças.



O contato e a interação entre os povos pela chamada globalização, que realmente se iniciou com as grandes navegações, sempre trouxeram e ainda trazem consequências marcantes para os povos envolvidos. Algumas sociedades foram praticamente destruídas, outras sobreviveram, porém, com grandes transformações culturais, algumas tidas como prejudiciais e outras como benéficas.

O caso do índio brasileiro infelizmente é um péssimo exemplo do contato entre culturas em diferentes estágios de desenvolvimento, como pode ser visto pela sua própria condição atual, pois, o índio que se define como tal, foi realmente reduzido em cerca de 20 vezes em sua quantidade desde que teve o contato iniciado com o homem branco.

Porém, outro lado da história que nem sempre é contado, diz respeito à transculturação, ou seja, os efeitos do contato cultural que também não foi muito benéfico, mas agora para o outro lado, ou seja, contra o homem branco, como exemplo pode-se citar: os vários males tropicais americanos como a sífilis que foram levados para a Europa e lá vitimaram muita gente; ou o vício pelo tabaco, comum entre os nativos americanos que também foi difundido para a Europa e para o resto do mundo e que matou e ainda mata milhões de pessoas todos os anos. Mas, o resultado final desse contato foi sem dúvida desfavorável aos nativos brasileiros que ficaram inclusive sem sua terra.

Mas, de quem é a culpa? É do jesuíta? Ou é do colonizador?

Respondendo a essas questões que é um dos principais objetivos desse trabalho, pode-se dizer que, diante do que foi exposto e, apesar de todos os erros, todas as mazelas e todas as omissões cometidas pelos jesuítas, em nenhum dos autores pesquisados houve qualquer história narrada na qual os mesmos teriam cometido qualquer ato de violência física direta contra os índios. Ao contrário, foram seus árduos defensores, protegendo-os contra a escravidão e contra a morte promovida pelo elemento colonizador ou a seu mando. Sem a presença dos jesuítas no Brasil, fatalmente o extermínio indígena se daria de forma mais violenta e rápida, diante da



ambição e da falta de escrúpulos do colonizador, sempre preocupado unicamente com os ganhos econômicos que poderia obter na colônia.

Porém, algo que ficou claro no desenvolvimento deste trabalho é que o índio quando em contato com o homem branco na época da colonização, não estava preparado para o que viria acontecer; as culturas se encontravam em estágios de desenvolvimento distintos, onde o lado mais frágil era o do nativo americano. Quando o português colonizador começou a mostrar seu real interesse que era simplesmente enriquecer, utilizando-se de todos os meios necessários para atingir esse objetivo, os dois lados entraram em conflito e começaram a ocorrer os confrontos, onde os armamentos utilizados pelos oponentes eram desproporcionais em termos de tecnologia, trazendo grande vantagem ao europeu. Outro ponto crucial nessa questão tratava-se da inimizade entre as diversas tribos que habitavam o território brasileiro, onde uma simples união entre elas contra o homem branco naquele tempo, poderia inviabilizar o projeto de colonização, pois os índios eram em número muito maior. O homem branco soube se utilizar muito bem dessa inimizade tribal indígena, tecendo alianças que permitiam guerrear sempre em vantagem contra índios considerados inimigos.

Em relação aos jesuítas, esses vieram ao Brasil seguindo a orientação dada por Jesus Cristo na Bíblia, de sair pelo mundo batizando e evangelizando os gentios, levando a palavra de Deus para quem não teve acesso a ela. Sob essa ótica, aliados ao rei português, se propuseram a vir para a colônia para cumprirem sua missão. Aqui cometem seus erros ou “seus pecados” como todos os seres humanos estão sujeitos; em diversos momentos, mais prejudicaram os índios do que beneficiaram. Como instituição formada por homens, a Companhia de Jesus teve diversos componentes podres, que realmente se desviaram do caminho proposto, como foi abordado neste trabalho, porém, a maioria realmente trabalhou em prol de seu objetivo. Os jesuítas, em síntese, foram grandes protetores dos índios cristianizáveis, contra a escravidão e a morte imposta pelo homem branco. A seu modo tentaram isolar o índio das perseguições, criando os aldeamentos e as reduções, lá impuseram sua filosofia de vida, tão diferente da cultura indígena e, por isso, são tão duramente



criticados. Porém, lutavam para erradicar costumes considerados bárbaros como, por exemplo, a antropofagia e as guerras imotivadas causadoras de grande número de mortes. Lutavam também contra a poligamia e as práticas sexuais consideradas condenáveis naquele tempo e até hoje dentro das Igrejas, como o homossexualismo, por exemplo. Tentaram introduzir o conceito de autoridade, de família, de trabalho coletivo e de previdência no modo de vida do índio. Foram eles (jesuítas) também, que cuidaram para preservar alguns de seus aspectos culturais e linguísticos.

Já os índios, em determinados momentos da história, buscavam junto às missões jesuíticas um dos poucos lugares seguros para fugirem da morte e da escravidão imposta pelos colonizadores que, de uma forma geral, eram inescrupulosos e pensavam somente na solução do seu problema de falta de mão-de-obra. O índio era literalmente caçado, preso, escravizado e morto por essa ação do homem branco.

O colonizador, de uma forma geral, abandonaria sua vida na metrópole para vir para a colônia com o propósito principal de enriquecer a qualquer custo, utilizando todos os meios para alcançar seu intento. Seus valores e seus ideais, portanto, eram totalmente desvirtuados e distantes de um regramento moral e ético que levasse em conta o respeito à vida do outro, no caso, do índio e depois do negro africano escravizado.

Concluindo, o projeto de colonização colocado em prática no Brasil fatalmente levaria à tragédia do índio, independente da presença do jesuítas que a seu modo procurou ajudá-lo, amenizando seu martírio. Apesar dos erros cometidos não há como culpá-los (os jesuítas) pelo genocídio aqui ocorrido, este problema foi causado sim, como estudado neste trabalho, principalmente pelas ações e ambições do homem branco europeu colonizador.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSUNÇÃO, Paulo. *Os jesuítas no Brasil Colonial*. São Paulo: Atual, 2003



MULTIDISCIPLINARY SCIENTIFIC JOURNAL

**NÚCLEO DO  
CONHECIMENTO**

REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR NÚCLEO DO

CONHECIMENTO ISSN: 2448-0959

<https://www.nucleodoconhecimento.com.br>

BUENO, Eduardo. *História do Brasil*: Os 500 anos do país em uma obra completa, ilustrada e atualizada. 2. ed. São Paulo: Publifolha: Zero Hora/RBS Jornal, 1997.

FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. 2. ed. 2. Reimpressão. São Paulo: Edusp, 2009.

KOSHIBA, Luiz. *O índio e a conquista portuguesa*. 5. ed. São Paulo: Atual, 1994

NARLOCH, Leandro. *Guia Politicamente incorreto da História do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Leya, 2011.

STRIEDER, Inácio. *Os jesuítas e suas matrizes utópicas*. Disponível em: <http://www.recantodasletras.com.br/artigos>. Acesso em 15/05/2014.

WRIGHT, Jonathan. *Os jesuítas: missões, mitos e histórias*; tradução André Rocha. Rio de Janeiro: Sinergia: Relume Dumará, 2009.

Enviado: Março, 2019.

Aprovado: Julho, 2019.